

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

C-EMOS 2023

ILHAS MALVINAS: POTENCIAL PONTO ESTRATÉGICO PARA PROJEÇÃO DO PODER NAVAL  
BRITÂNICO SOBRE A ANTÁRTIDA

Rio de Janeiro

2023

C-EMOS 2023

ILHAS MAILVINAS: POTENCIAL PONTO ESTRATÉGICO PARA PROJEÇÃO DO PODER NAVAL  
BRITANICO SOBRE A ANTÁRTIDA

Dissertação apresentada à Escola de  
Guerra Naval, como requisito parcial para  
a conclusão do Curso de Estado-Maior  
para Oficiais Superiores.

Orientador: C-EMOS 2023.

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval

2023

## **DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR**

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

## RESUMO

Este trabalho analisou sob o ponto de vista da geopolítica e oceanopolítica das Ilhas Malvinas, do Atlântico Sul e da Antártica, considerando que envolve interesses britânicos e a possível implantação de seu poderio naval na região. O Continente Branco tem crescido em relevância global, possuindo recursos estratégicos inestimáveis, como água doce, pesca, minerais e energia, embora ainda não totalmente explorados devido ao Sistema do Tratado Antártico e aos altos custos de exploração. A região das Ilhas Malvinas, Atlântico Sul e Antártica tornou-se crucial para a política externa do Reino Unido, oferecendo uma posição estratégica para implantar sua geopolítica no hemisfério sul e explorar os vastos recursos naturais do continente, bem como um local adequado para exercer o controle sobre uma passagem bioceânica entre os oceanos Atlântico e Pacífico.

As ambições expansionistas dos estados do Continente Branco são iminentes, e uma possível revisão do tratado em 2048 abre espaço para um aumento dos interesses na região. O Reino Unido tem presença de longa data nesses espaços e busca consolidar sua posição, projetando seu poderio naval a partir das Ilhas Malvinas como base de apoio para o controle do território antártico.

Foram buscadas ações e fatos que possam mostrar como o Reino Unido manteve, desde o fim do conflito do Atlântico Sul, um caminho marcado que caracteriza as ciências nomeadas no início deste resumo, para fortalecer sua posição na região com essas ações, ser um ator extra-regional.

Assim, a região das Malvinas, Geórgias e Sandwich do Sul ganhou importância na política externa britânica e na visão do Atlântico Sul, especialmente após o conflito de 1982 com a Argentina, posição estratégica que permite ao Reino Unido o acesso à Antártida, fonte inexplorada de recursos naturais valiosos para o futuro da humanidade.

Acredita-se que a Antártida se torne um determinante geopolítico chave no século XXI, e preservar a posição estratégica é essencial para as ambições expansionistas do Reino Unido.

**Palavras-chave:** Geopolítica; Oceanopolítica; Poder Naval; Interesse Reino Unido na Antártica.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AA</b>	–	Anti-Aérea
<b>BAS</b>	–	<i>British Antarctic Survey</i>
<b>BFSAI</b>	–	<i>British Forces South Atlantic Island</i>
<b>CBFSAI</b>	–	Comandante Britânico das Ilhas do Atlântico Sul
<b>CCAMLR</b>	–	Convenção sobre a Conservação da Fauna e Flora Marinhas da Antártica
<b>CCFA</b>	–	Convenção sobre a Conservação das Focas Antárticas
<b>CIRM</b>	–	Comissão Interministerial de Recursos Marinhos do Brasil
<b>CLCS</b>	–	Comissão sobre os Limites da Plataforma Continental
<b>DARN</b>	–	<i>Dual Auroral Radar Network</i>
<b>DD/FF</b>	–	Destrutores / Fragata
<b>EU</b>	–	União Europeia
<b>FCDO</b>	–	<i>Foreign Commonwealth and Development Office</i>
<b>FCO</b>	–	<i>Foreign and Commonwealth Office</i>
<b>FIDF</b>	–	Força de Defesa das Ilhas Falklands
<b>FIGAS</b>	–	Serviço Aéreo do Governo das Ilhas Falkland
<b>FIPASS</b>	–	<i>Flaklands Island Port and Storage System</i>
<b>MPAs</b>	–	Áreas Marinhas Protegidas
<b>ONU</b>	–	Organização das Nações Unidas
<b>OTAN</b>	–	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>RAF</b>	–	<i>Royal Air Force</i>
<b>RU</b>	–	Reino Unido
<b>SSBNs</b>	–	<i>Submarine Ship Balistic Nuclear</i>
<b>UK</b>	–	<i>United Kingdom</i>
<b>UNAM</b>	–	Universidade Nacional de Mexico
<b>UNCLOS</b>	–	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
<b>ZEE</b>	–	Zona Econômica Exclusiva

## SUMARIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2</b>	<b>TEORIAS SOBRE A EXPANSÃO DOS PODERES DE UM ESTADO</b> .....	9
2.1	Alguns conceitos básicos da geopolítica .....	9
2.2	A geopolítica atual.....	11
2.3	Geopolítica no Cone Sul.....	13
2.4	A geopolítica dos oceanos OCEANOPOLÍTICA .....	15
2.5	Poder Naval.....	16
<b>3</b>	<b>CONSOLIDAÇÃO DA POSIÇÃO DO REINO UNIDO NAS ILHAS MALVINAS</b> .....	20
3.1	Localização geográfica dos Arquipélagos do Sul .....	20
3.2	Aspeto militar. ....	21
3.2.1	Portos militares.....	22
3.2.2	Base aérea da Royal Air Force.....	23
3.2.3	Sistemas de vigilância por radar. ....	23
3.2.4	Forças terrestres.....	24
3.2.5	Forças navais. ....	25
3.3	Aspecto geopolítico .....	25
3.4	Aspecto econômico .....	27
3.5	Aspecto social.....	29
3.6	Infraestrutura. ....	30
3.7	A projeção do Reino Unido .....	31
<b>4</b>	<b>EXPRESSÕES DE PODER DO REINO UNIDO EM RELAÇÃO À ANTÁRTICA</b> .....	34
4.1	O uso do <i>Soft Power</i> .....	34
4.2	Demonstração de <i>Hard Power</i> .....	35
4.3	Progresso geopolítico e oceanopolítico .....	36
4.4	A projeção do poder naval.....	37
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	39
	<b>REFERENCIAS</b> .....	41

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho não é analisar as indubitáveis razões históricas, políticas e diplomáticas da reivindicação de soberania da Argentina sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Ilhas Sandwich do Sul, mas sim efetuar uma análise do ponto de vista geopolítico e oceanopolítico, pensando as Ilhas Malvinas como um "complexo sistêmico" (CAPLAN-EISSA, 2015) que inclui também o Atlântico Sul e a Antártica, com base nos interesses britânicos e na teoria da implantação do poder naval deste ator extra - regional sobre os recursos do Continente Branco.

É do conhecimento público que as Malvinas, Atlântico Sul e Antártica, têm assumido maior relevância no cenário global (Garcia, 2022), possui recursos estratégicos de valor incalculável que, graças ao Sistema do Tratado da Antártica <sup>1</sup> e aos elevados custos de exploração, se comparados com os existentes em outras partes do planeta, não têm sido explorados, mas têm sido explorados, como a água doce, a pesca, os recursos minerais e energéticos, para dar apenas alguns exemplos. Além disso, a área marítima que abrange as Ilhas Malvinas, possui recursos vivos e não vivos destacando o petróleo e os nódulos polimetálicos do fundo do mar. Esta posição estratégica, ao estar virada para a embocadura oriental do Estreito de Magalhães, a sua proximidade com a Passagem de Drake e o Canal de Beagle, proporciona uma localização adequada para exercer o controle sobre a passagem bioceânica meridional entre os oceanos Atlântico e Pacífico, segundo " (Walter Formento, Julián Bilmes, Leonel Del Negro, Amanda Barrenengoa , 2017). *"quien ejerza la soberanía sobre esa llave de tránsito interoceánica hacia el Pacífico tendrá un mayor grado de influencia y libertad en el nuevo escenario de relaciones globales de poder."*<sup>2</sup>

Por outro lado, considerando à referência do Sistema do Tratado Antártico, as ambições expansionistas dos Estados sobre este território são cada vez maiores e, tendo em

---

<sup>1</sup> O Sistema do Tratado da Antártica é entendido como o conjunto de regras e instituições decorrentes do Tratado da Antártica, ou seja, o texto do Tratado da Antártica, os instrumentos internacionais associados ao Tratado e todas as medidas e instituições criadas com base nesses instrumentos. Esses instrumentos associados incluem três acordos alcançados dentro ou a partir das ATCMs: A Convenção sobre a Conservação das Focas Antárticas (CCFA, ou CCAS, 1972), a Convenção sobre a Conservação da Fauna e Flora Marinhas da Antártica (CCAMLR, ou CCAMLR, 1980) e o Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção Ambiental e seus Anexos (Protocolo de Madri, 1991). Mais informações sobre a CCAMLR em: [www.ccamlr.org](http://www.ccamlr.org)

<sup>2</sup> "quem exercer a soberania sobre esta chave de trânsito interoceânico para o Pacífico terá um maior grau de influência e liberdade no novo cenário das relações de poder globais"(tradução nossa).

conta que, em 2048, o Tratado da Antártico poderá ser novamente revisto a pedido de uma das partes consultivas, isto abrirá espaço para um possível aumento dos interesses sobre o continente e áreas adjacentes.

A presença do Reino Unido (RU) nas altas latitudes do hemisfério sul remonta ao século XVIII, com as expedições marítimas da época. Esta presença não foi contínua, mas é um dos Estados que há mais tempo reivindicam o território do Continente Antártico e mantém uma presença constante há mais de um século.

Com base nestes interesses, o Capítulo 2 apresenta os princípios da geopolítica, da oceanopolítica e da utilização do poder naval para apoiar estas teorias. Com base numa das questões levantadas neste trabalho, que é a verificação se as Ilhas Malvinas, Geórgia e Sandwich do Sul estão a ser utilizadas pelo Reino Unido como ponto de projeção para a Antártica.

No Capítulo 3, foi feito um apanhado das ações empreendidas desde o Conflito do Atlântico Sul, em 1982, pelo RU com vista a reforçar a sua posição geopolítica na região.

Finalmente, no Capítulo 4, procurando pontos de concordância entre as teorias desenvolvidas no Capítulo 2 e as ações empreendidas pelo Reino Unido no Capítulo 3, determinaremos se as Ilhas Malvinas, Geórgia e Sandwich do Sul estão a ser utilizadas por este ator extra - regional como uma base de poder naval para projeção em direção à Antártica.

Para os fins deste documento, a expressão Falklands será usada somente quando estiver no título de um documento ou site oficial do RU. No restante dos casos, usaremos Malvinas, o nome dado ao arquipélago antes de 1833, quando foi tomado pelo RU.



## 2 TEORIAS SOBRE A EXPANSÃO DOS PODERES DE UM ESTADO

O objetivo deste capítulo é delinear os contornos básicos da Geopolítica e da Oceanopolítica enquanto ciências de análise, que irão enquadrar o contexto em que serão analisados os interesses britânicos nas Ilhas Malvinas, Geórgia e Sandwich do Sul.

Será também abordada o conceito de projeção de poder naval a partir destas ilhas, como ponto estratégico e de apoio na projeção de poder naval sobre o sector antártico. Serão abordados as definições e o conceito de *Smart Power*, como teoria contribuinte para uma melhor compreensão das questões colocadas e a serem respondidas neste trabalho.

### 2.1 Alguns conceitos básicos da geopolítica

De um ponto de vista etimológico, se a Política é a arte de governar, a utilização do prefixo "geo" significa a aplicação do conhecimento geográfico para esse fim. Por esta razão, a Geopolítica reflete a combinação de fatores geográficos e políticos que determinam a condição de um Estado ou de uma região, enfatizando o impacto da geografia na política (RODRIGUEZ, LA GEOPOLITICA Y LA OCEANOPOLITICA, Sus Orígenes, Fundamentos y Relaciones, perspectiva chilena., 1996).

O Dr. Cuellar Laureano, sem dúvida, expressa que essa definição é conceitual e abrange apenas o conceito etimológico da palavra. A própria geopolítica como ciência começa a ser levada em consideração quando, em meio à Primeira Guerra Mundial, o cientista político e político sueco Rudolf Kjellén menciona o termo e desenvolve, em sua obra *STATEN SOM LIVSFORM*<sup>3</sup> (*The State as a Life-Form*), ideias e diretrizes apresentadas por Frederikc Ratzel em 1916. Em seu trabalho, ele o define como "a influência de fatores geográficos, no sentido mais amplo da palavra, sobre o desenvolvimento político na vida de povos e estados"<sup>4</sup>.

---

<sup>1 3</sup> Staten Som Livsform trabalho de Kjellén nesses artigos: discutido na biografia de Rudolf Kjellén na Alemanha, onde seu Staten som livsform (1916; "O Estado como forma de vida") foi amplamente lido e onde a geopolítica assumiu um significado ideológico bastante diferente de seu conceito científico social. <https://www.britannica.com/topic/Staten-som-livsform>).

<sup>4</sup> Rubén Cuellar Laureano, Doutor em Ciências Políticas e Sociais, Mestre em Estudos de Relações Internacionais, Bacharel em Relações Internacionais e Engenheiro Mecânico Elétrico. Coordenador do Programa Político da Divisão de Ciências Socioeconômicas da Faculdade de Estudos Superiores Acatlán, UNAM. México.

*Durante siglos, hasta 1916, existió un conjunto de conocimientos que hacen al pensamiento geopolítico, pero, al no existir un vocablo que los condensara, los hombres que se ocuparon de él, no llegaron a sustraerlo de lo puramente geográfico o político. Los que escribieron con posterioridad, al parecer acuciados más por la necesidad de aplicar estos conocimientos que por la de metodizarlos y ordenarlos, no siempre concretaron una definición y, si lo hicieron, fue respondiendo a puntos de vista particulares, no exentos, a veces, de determinismo geográfico, de evidente parcialidad o tendenciosamente<sup>5</sup>. (ATENCIO, 1982).*

Estes conceitos foram posteriormente desenvolvidos pelo general e professor alemão Karl Haushofer (*Geopolitik*<sup>6</sup>), que, a partir da Universidade de Munique, formou um grupo de colaboradores que lançou as bases da Geopolítica na segunda década do século XX.

Muitos destes conceitos foram descobertos através destes colaboradores que, durante e após a Segunda Guerra Mundial, a partir do exílio ou como refugiados, começaram a trazer à luz muitas das publicações e colaborações do Professor Haushofer.

A identificação com a *Geopolitik* alemã e, tendo em conta a época em que o termo foi introduzido em Munique (anos 1920-1930), a utilização direta de algumas das suas conclusões e recomendações nas motivações finais de Hitler para lançar a Segunda Guerra Mundial, deve ter sido necessariamente odiosa e retirou o termo da linguagem oficial. O seu uso era suspeito de colaboração e simpatia com as ideias dos nazistas (BUSCH, 1993).

Estas orientações foram exploradas por Adolf Hitler e tornaram-se o dogma do pensamento nazista durante o desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial, razão pela qual na Europa do pós-guerra foi um termo banido e eliminado de todas as salas de aula e da opinião pública, ou melhor, a Geopolítica foi tomada como uma expressão que se referia às ações levadas a cabo pela Alemanha nazi, sem ver que por detrás deste pensamento havia uma ciência em nascimento (LAUREANO, 2012).

De todas as publicações produzidas nessa altura, pode-se resumir os primeiros anos da Geopolítica como expressos por um grupo de colaboradores, que afirmaram que:

---

<sup>5</sup> *Durante séculos, até 1916, existiu um conjunto de conhecimentos que constituía o pensamento geopolítico, mas, na ausência de uma palavra que o condensasse, os homens que se ocuparam dele não conseguiram separá-lo do puramente geográfico ou político. Os que escreveram mais tarde, aparentemente mais movidos pela necessidade de aplicar esses conhecimentos do que pela necessidade de os metodizar e ordenar, nem sempre os definiram e, se o fizeram, foi em resposta a pontos de vista particulares, por vezes não isentos de determinismo geográfico, de parcialidade evidente ou de tendenciosidade. (ATENCIO, 1982) (tradução nossa).*

<sup>6</sup> O termo "geopolítica" foi criado em 1916 e a Universidade de Munique desenvolveu os fundamentos epistemológicos da *Geopolitik* durante 20 anos.

*A geopolítica é a doutrina das relações da terra com os desenvolvimentos políticos. Baseia-se nos fundamentos sólidos da Geografia, especialmente da Geografia política, como doutrina e estrutura dos organismos políticos do espaço. As descobertas da Geografia, quanto ao carácter dos espaços da terra, representam o quadro da Geopolítica. Os acontecimentos políticos devem ocorrer dentro deste quadro para terem consequências favoráveis permanentes. Aqueles que moldam a vida política ocasionalmente podem desviar-se deste quadro, mas mais cedo ou mais tarde a limitação terrena característica dos acontecimentos políticos deve prevalecer. A geopolítica torna-se assim a doutrina de uma arte. É a questão de guiar a política prática até este ponto que nos obriga a dar um passo no desconhecido. Este passo só será bem sucedido se for inspirado pelo conhecimento geopolítico. A geopolítica deve ser e será a consciência geográfica do Estado (ATENCIO, 1982)(tradução nossa).*

O próprio Atencio se refere a uma definição proposta em Bausteine zur geopolitik, publicado em Berlim em 1928 por Karl Haushofer, Erich Obst, Hermann Lautensach e Otto Maull, e editado por Kurt Vowinckel:

*Geopolítica es la ciencia que trata de la dependencia de los hechos políticos con relación al suelo. Se basa sobre los amplios cimientos de la geografía, en especial de la geografía política, doctrina de la estructura espacial de los organismos políticos. La geopolítica aspira a proporcionar las armas para la acción política, y los principios que sirven de guía en la vida política. La Geopolítica debe convertirse en la conciencia geográfica del Estado. (LAUREANO, 2012).<sup>7</sup>*

Mas estas abordagens geopolíticas fundaram novos fluxos interpretativos e doutrinários que se afastaram das ideias originais, sem refletir sobre os contributos cognitivos quer da Geopolítica Hausmanniana, quer da Geopolítica Nazi. Foi como reconstruir o edifício da Geopolítica noutra lugar e com outros alicerces, mas mantendo a casca do conceito (LAUREANO, 2012).

## **2.2 A geopolítica atual**

Em seu estudo sobre a evolução da Geopolítica em 2012, o Dr. Cuellar Laureano faz um breve relato das escolas que contribuíram para o desenvolvimento da ciência, a partir de

---

<sup>7</sup> *A geopolítica é a ciência que trata da dependência dos acontecimentos políticos no terreno. Baseia-se nos fundamentos gerais da geografia, especialmente da geografia política, a doutrina da estrutura espacial dos corpos políticos. A geopolítica tem como objetivo fornecer as armas para a ação política e os princípios que servem de guia na vida política. A geopolítica deve tornar-se a consciência geográfica do Estado.(Tradução nossa)*

1926, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro foi talvez a primeira instituição latino-americana que aderiu ao estudo da Geopolítica, e a primeira obra foi publicada em 1933, intitulada "Problemas do Brasil. Estrutura geopolítica". O espaço, escrito pelo professor Everardo Backheuser, sendo assim o primeiro elo da escola geopolítica não europeia no mundo.

Por volta de 1941, essa reconstrução mencionada nos parágrafos anteriores cresceu graças aos geógrafos alemães exilados da Alemanha e refugiados nos Estados Unidos.

Obviamente, o pensamento geopolítico americano tem antecedentes que aderem e convergem para o corpo conceitual e teórico da escola formada nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial.

Essas três referências, juntamente com o que está expresso no próximo parágrafo, fazem parte desse levantamento arqueológico de conceitos e definições fornecido pelo Dr.

*Um caso notável da gênese da escola geopolítica americana é o do alemão Hans W. Weigert, refugiado nos Estados Unidos desde 1938, ano em que ingressou como professor no Trinity College de Chicago; em 1942 publicou a sua obra *Generals and Geographers: The Twilight of Geopolitics*, obra basilar no estudo deste campo de estudo das principais abordagens do General Haushofer e para a criação da escola geopolítica americana. Nesta obra-prima do estudo da Geopolítica, Weigert descreve os conceitos e ideias centrais dos autores clássicos, e também reconhece o gênio de Karl Haushofer como o arquiteto dos principais postulados deste campo, e isenta-o de qualquer responsabilidade pelo uso que a Alemanha nazi fez dos seus postulados (LAUREANO, 2012)(tradução nossa).*

Estas escolas foram moldando uma ciência que nasceu, ou deu os seus primeiros passos como "conceito, princípios, leis, etc." no início do século XX, com a *Geopolitik* alemã, mas que foi adotada por todos os Estados, incorporando diferentes aspectos e ciências na sua análise, com as suas adaptações culturais evoluindo até aos dias de hoje, adotando um carácter muito mais acabado do que na sua gênese.

A geopolítica é uma ciência de carácter humanista cujo resultado se expressa em leis, como a das "Áreas de Valor"<sup>8</sup>, em virtude da qual o Estado, para conseguir o seu crescimento e expansão, tende a incluir secções de territórios politicamente valiosos: costas, bacias hidrográficas, regiões ricas em recursos, etc. (RODRIGUEZ, LA GEOPOLITICA Y LA

---

8 5° ley de Ratzel. Ratzel, Friedrich (2011) "Las leyes del crecimiento espacial de los Estados. Una contribución a la Geografía científico-política". *Geopolítica(s)*. Revista de estudios sobre espacio y poder, vol. 2, núm. 1, 135-156.

OCEANOPOLITICA, Sus Orígenes, Fundamentos y Relaciones, perspectiva chilena., 1996), podemos incorporar a estas áreas de valor, ilhas, oceanos, mares e Antártica.

Como o expressa Koutoudjian em seu artigo do Boletim do Centro Naval da Argentina, a análise geopolítica se refere a categorias de análises de diversa naturezas. Por um lado, busca estabelecer as relações entre espaços geográficos e grupos humanos e, por outro lado, busca estabelecer a relação entre as unidades políticas no tempo dentro do marco desses espaços.

A preocupação essencial da Geopolítica é a influência e constante relação espacial que há entre o crescimento e o declínio dos Centros de Poder; as implicações das tensões tecnológicas, políticas, organizacionais e demográficas relacionadas com as influências que exercem entre si e os Estados (RODRIGUEZ, LA GEOPOLITICA Y LA OCEANOPOLITICA, Sus Orígenes, Fundamentos y Relaciones, perspectiva chilena., 1996).

Podemos apreciar como o conceito de *Geopolítik* Alemã evoluiu, vinculado em seus primórdios a uma estratégia terrestre para alcançar o objetivo desejado pelo Terceiro Reich da Alemanha nazista, até os dias de hoje, onde não apenas o aspecto terrestre ou geográfico está envolvido, que continuam a ser predominantes nessa ciência, sua evolução incorporou aspectos sociais, econômicos, políticos, etc. Todos aqueles que contribuem para os objetivos dos atores envolvidos.

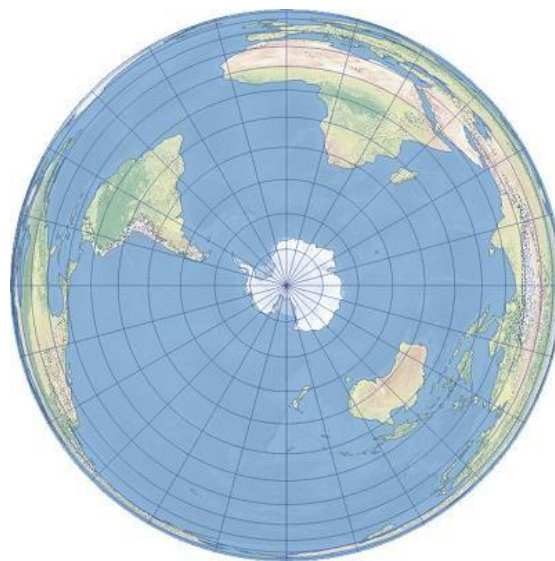
### **2.3 Geopolítica no Cone Sul**

O cenário geopolítico deste século é moldado, entre outras coisas, pela crise ambiental global que está a afetar intensamente tanto o Ártico como a Antártica. O artigo 25.º do Protocolo ao Tratado da Antártica estabelece que a proibição da exploração dos recursos naturais pode ser revogada por um futuro tratado que estabeleça um quadro normativo vinculativo para essa atividade extrativa e que estará aberto a revisão em 2048 (Garcia, 2022).

A própria Claudia García <sup>9</sup> afirma que, nesse contexto, os espaços marítimos da Antártica estão adquirindo um novo valor estratégico, pois atores como empresas privadas estão projetando um cenário cujo objetivo seria a exploração comercial do continente. Garcia, citado por, apud, conforme ou segundo Leighton<sup>10</sup>, “Dessa forma, a militarização desses espaços está sendo impulsionada em vista da revisão do Tratado da Antártica em 2041” e do Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção Ambiental em 2048.

O almirante chileno Martínez Busch acrescenta que a geopolítica originária da Europa coloca uma realidade válida para o hemisfério norte; trata-se de um problema de espaço, em que a terra é o centro da ação.

No caso do presente trabalho, que se situa no hemisfério sul, mais precisamente no Mar Argentino e na Antártica, se nos posicionarmos acima do Polo Sul, como na imagem anterior, podemos apreciar claramente um hemisfério puramente oceânico.



**Imagem N° 1- Projeção Nomónica do Polo Sul - ArcMap.**

Quase não há terra, o que predomina é o oceano. Este espaço hemisférico não convencional, que é o mar, caracteriza-se por uma situação particular em termos de divisão jurídica e, portanto, em termos do efeito ou do poder da soberania dos Estados. Será

---

<sup>9</sup> Claudia García tem mestrado em Geopolítica, é formada em Geografia e leciona a matéria Conflitos do Atlântico Sul - Malvinas. Ela é coautora de um livro no qual também discute um tópico relacionado às Malvinas.

<sup>10</sup> Leighton, P., 2014, «*Developing nations seek a share of Antarctica's spoils*», disponible en: [Las naciones en desarrollo buscan una parte del botín de la Antártida \(trust.org\)](http://Lasnacionesen desarrollo buscan una parte del botín de la Antártida (trust.org))

apropriado aplicar-lhe os conceitos clássicos da concepção europeia da geopolítica correspondente ao hemisfério norte? (BUSCH, 1993).

#### **2.4 A geopolítica dos oceanos OCEANOPOLÍTICA**

Nos últimos parágrafos da secção anterior, pode se verificar que o conceito de geopolítica baseado apenas nos aspectos geográficos e territoriais dos Estados está a ser intervencionado por outros aspectos.

Um dos mais importantes é o dos oceanos, essas grandes massas de água, ainda em grande parte inexploradas, que estão a tornar-se cada vez mais parte dos interesses dos Estados.

A geopolítica, assim originada, projeta quase todo o seu trabalho no domínio da terra. No entanto, não deixa de mencionar o mar e considera-o em muitas das suas propostas como fonte de poder e como meio de comunicação expedito. As menções mais importantes são: aspiração a ter acesso ao mar; extensão do acesso ao mar; interesse em ter acesso a diferentes mares; glaciares continentais e costas opostas; *Mare Nostrum*; passagens marítimas. A implicação da ocupação do espaço oceânico como um espaço real para o crescimento e desenvolvimento do Estado (BUSCH, 1993).

*O termo "Oceanopolítica" foi cunhado pelo almirante chileno Jorge Martinez Busch (1936-2011), no início dos anos 1990, por ocasião da publicação de seu livro Oceanopolítica: uma alternativa para o desenvolvimento, cuja abordagem coloca o mar como peça fundamental de um contexto político mais amplo. Para o almirante Busch, a Geopolítica e a Oceanopolítica caminham lado a lado, uma com o olhar voltado para questões terrestres e a outra para aspectos marítimos (MATTOS, 2014).*

A valorização da oceanopolítica surge da necessidade de estabelecer que ações podem ser tomadas para garantir que o espaço oceânico ao largo das nossas costas seja efetivamente um espaço de desenvolvimento do Estado (BUSCH, 1993).

No contexto das Relações Internacionais, o mar tem importância estratégica, pois é a maior fronteira entre os países e os une principalmente por interesses comerciais, que estão se tornando cada vez mais importantes, mas também por interesses geopolíticos (STAVRIDIS, 2017).

A oceanopolítica pode ser definida de várias maneiras, embora a sua origem seja relativamente próxima e a razão para isso é que sempre esteve implicitamente subjacente ao pensamento estratégico de faraós, monarcas, presidentes, ministros e outras autoridades nacionais responsáveis pelo desenvolvimento do Estado. Uma definição simples poderia ser dada se disséssemos que é a política do governante nos espaços marítimos, a fim de alcançar a sua máxima utilização (SUAREZ, 2016).

O mar continuará a ser uma área importante de disputas internacionais e interesses conflitantes ao longo do século XXI. É o local da maioria das disputas jurisdicionais interestatais e, juntamente com o espaço exterior, é a última fronteira para a exploração humana do planeta (KOUTOUDJIAN, 2020).

Em conjugação com o exposto e com maior ênfase nos espaços marítimos, o Almirante Mahan, em *The Influence of Naval Power Throughout History*<sup>11</sup> (1890), referiu que os principais fatores que determinam o poder marítimo de um país são a sua posição geográfica, a sua constituição física, os seus recursos naturais, o carácter do seu povo e a vontade política dos seus governos (KOUTOUDJIAN, 2020).

Como pudemos constatar, a Oceanopolítica não é um termo muito antigo ou que remonte às civilizações antigas, mas analisando a sua definição e os conceitos dos diferentes autores citados, podemos ter a certeza de que, desde as grandes potências aos mais pequenos Estados, todos a utilizaram. Seja para alargar o seu poder, a sua influência ou simplesmente para comunicar.

Podemos também concluir que se trata da extensão da geopolítica aos espaços marítimos, espaços que ocupam a maior superfície do nosso planeta e que se tornam, dia após dia, espaços de projeção estratégica e de poder dos Estados.

Mostrámos no ponto 2.3 que o hemisfério sul é marítimo por excelência. Veremos agora quais são as bases do poder naval necessárias para exercer a geopolítica e a oceanopolítica sobre este vasto oceano e sobre a Antártica.

---

<sup>11</sup> *The Influence of Sea Power upon History: 1660-1783* é uma história da guerra naval publicada em 1890 pelo oficial naval e historiador americano Alfred Thayer Mahan. Ela detalha o papel do poder marítimo durante os séculos XVII e XVIII e discute os vários fatores necessários para apoiá-lo e alcançá-lo.



## 2.5 Poder Naval

Nesta secção, desenvolveremos o conceito de Poder Naval, principalmente a partir da teoria do Almirante Mahan, Corbett, Nye e outros. Introduzindo os conceitos de *Soft Power*, *Hard Power* e *Smart Power*.

Estes conceitos e teorias, juntamente com os anteriores apresentados neste capítulo, permitir-nos-ão analisar as diferentes ações levadas a cabo pelo RU no Arquipélago das Malvinas com vista a consolidar a sua posição numa região distante do seu território.

À medida que as marinhas mercantes e de guerra de uma nação alargam o seu campo de operações para longe das suas próprias costas, sente-se cada vez mais a necessidade de pontos em que os navios possam entrar de forma fiável para comerciar, procurar refúgio ou abastecer-se (MAHAN, 1890).

Neste sentido, num contexto em que a exploração comercial na Antártica acabe por ser permitida, a distância entre o Reino Unido e a Antártica seria um ponto fraco ou uma fraqueza, pelo que, caso necessitasse de apoiar essas operações, ter alguns dos seus "Territórios Ultramarinos<sup>12</sup>" para apoiar essas operações seria de vital importância.

Reforçando este conceito, Mahan afirma que a pátria-mãe, ao procurar um novo mercado para os seus produtos, um novo campo de ação para a sua frota mercante, mais ocupações para o seu povo e mais conforto e riqueza para si própria, obtinha e conquistava um pedaço de território situado em países estrangeiros.

Embora, como já foi referido, um ponto de refúgio ou de apoio logístico para as frotas mercantes seja importante, mas "...Nem todas as necessidades do comércio foram satisfeitas, no entanto, assegurando um refúgio no fim da rota..." (MAHAN, 1890).

Para o almirante estadunidense, "...é necessário ter estações cuja missão principal seja o apoio ao comércio e outras cuja missão principal seja a defesa em caso de conflito, e outras cuja importância principal seja estratégica...". Ao incluir as de importância estratégica vemos que a geografia não é o fator determinante, embora seja uma condicionante importante, "...Mahan faz um esforço considerável para trazer para a mesa aquelas outras considerações que estão nas mãos dos homens para tirar partido destas premissas..." (QUESADA, 2018).

---

12 Os Territórios Ultramarinos Britânicos são territórios sob a jurisdição e soberania do Reino Unido. Não fazem parte do Reino Unido e, com exceção de Gibraltar, não fazem parte da União Europeia. AVISO N.º 38/2015. OMPI. Protocolo de Madrid relativo ao Registo Internacional de Marcas.

Esta estratégia, de acordo com Mahan, era materializada pelo poder marítimo, que é definido como "a capacidade de criar, desenvolver, explorar e defender os interesses marítimos de um país, tanto em paz como em conflito". Para alcançar esta capacidade, o Estado deve ser dotado de poder naval, composto pela força e pela posição a partir da qual essa força opera; enquanto os interesses marítimos compreendem "todos os benefícios políticos, econômicos, sociais e militares que uma nação obtém de todas as atividades relacionadas com a utilização do mar" (SUAREZ, 2016).

Em sua obra *The Influence of Sea Power Upon History* define as principais características que afetam o poder naval das nações, que podem ser enumeradas da seguinte forma: 1. Situação geográfica 2. Configuração física, incluindo nesta, devido à sua relação com ela, os produtos naturais e o clima. 3. Extensão territorial 4. Número de habitantes 5. Carácter desses habitantes 6. Tipo de governo, incluindo quaisquer instituições nacionais.

Não entraremos em cada uma delas, pois não é o objetivo deste trabalho, mas veremos que estas características são abordadas de um outro ponto de vista, mais atual, que para efeitos de enquadramento deste trabalho são mais adequadas e congruentes com as indicadas por Mahan.

Joseph Nye diferencia dois tipos de poder. A primeira fonte ele chama de *hard power*, que se baseia na "capacidade de fazer com que os outros ajam de forma contrária às suas preferências e estratégias iniciais" (Nye, 2011, p.11). É a capacidade de coagir, por meio de ameaças e incentivos, de forma direta, por meio de suas capacidades, militares, econômicas etc. ("paus" e "cenouras"). Em contraste, a segunda fonte, que ele chama de *soft power*, é a capacidade de fazer com que "os outros queiram os resultados que você quer" (Nye, 2004a, p.5) e, mais especificamente, "a capacidade de atingir objetivos por meio de atração em vez de coerção" (Ibid p.5). Essas atrações são concebidas por meio da atração do oponente por meio da cultura, dos ideais políticos e das políticas estatais. O autor considera que um Estado deve aspirar à combinação de ambos, ou seja, *soft power* e *hard power*, a fim de criar *smart power*; em suma, estratégias inteligentes que combinam as ferramentas de ambos (GOMICHO, 2013).

Faz-se referência a estes poderes, uma vez que o RU tem vindo a alterar a denominação e o estatuto destes territórios, passando de ilhas esquecidas a Territórios Ultramarinos e reconhecendo os seus habitantes como cidadãos da Coroa Britânica.

Entende-se que esta situação tem vindo a mudar de acordo com os interesses do Reino Unido, e que para manter o controlo sobre estes territórios, reclamados pela República Argentina, tem vindo a alterar a sua estratégia geopolítica.

Neste capítulo vimos que, para desenvolver o seu poder sobre outro Estado ou área, um Estado ou ator deve, de acordo com as estratégias e geopolíticos acima mencionados, possuir determinadas características: geográficas, políticas, económicas, socioculturais, etc.

### **3 CONSOLIDAÇÃO DA POSIÇÃO DO REINO UNIDO NAS ILHAS MALVINAS**

Este capítulo se inicia com uma breve situação geográfica das Ilhas Malvinas e sua área de influência, continuando com uma pesquisa em documentos, sites, artigos jornalísticos e científicos, etc., para obter evidências do desenvolvimento de atividades ou ações realizadas pelo RU nas Ilhas Malvinas e seus arredores que demonstrem que o Reino Unido está consolidando e reforçando sua posição nos arquipélagos do sul para estender sua área de controle em direção à Antártica.

Essas ações podem assumir a forma de atividades, desenvolvimento de infraestrutura, apoio a empresas privadas, etc., com o objetivo de melhorar e consolidar sua posição nas Ilhas Malvinas.

Essas atividades são divididas de acordo com o escopo de aplicação, por exemplo, político, social, militar, geográfico etc.

O impulso colonialista e a expansão territorial inerentes à história do Império Britânico não são variáveis que desaparecerão no século XXI. Parte da busca contínua pela hegemonia tem sido o controle geopolítico de enclaves estrategicamente localizados e pontos de acesso forçado, conhecidos como "gargalos", funcionais na luta pela preeminência sobre os principais corredores interoceânicos (PANSA, 2015).

#### **3.1 Localização geográfica dos Arquipélagos do Sul**

As Ilhas Malvinas estão localizadas na parte sudoeste do Oceano Atlântico, próximas à República Argentina, ao continente antártico e às estratégicas Passagens de Drake, Magalhães e Beagle, que conectam o Atlântico ao Pacífico e oferecem uma rota alternativa de comunicação em caso de fechamento do Canal do Panamá ou para grandes embarcações comerciais que excedam a capacidade do Canal. Assim como a rota marítima ao sul do Cabo da Boa Esperança e do Cabo das Agulhas, na África, que conecta o Atlântico ao Oceano Índico, elas oferecem rotas alternativas em caso de fechamento do Canal de Suez, seja por conflito ou por qualquer outra causa.

No caso do RU, as ilhas constituem um elo em uma extensa cadeia de mais de 8.000 MN que é complementada por Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha para operações

defensivas e ofensivas para os britânicos e seus aliados. De acordo com (REYES, 2012), eles estabeleceram, assim, um "colar de pérolas" no Atlântico Sul, da mesma forma que a China o implementou no Oceano Índico.

Enquanto isso, a Geórgia do Sul e as Ilhas Sandwich do Sul ficam dentro do que é conhecido como a "Convergência Antártica", que separa as águas frias da Antártica das águas mais temperadas das latitudes médias. Portanto, elas fazem parte do Sistema do Tratado da Antártica e, por enquanto, são afetadas por tratados que tratam da proteção dos recursos naturais e do meio ambiente, principalmente pela Convenção sobre a Conservação da Fauna e Flora Marinhas da Antártica (CCAMLR).

### **3.2 Aspeto militar**

Com a presença britânica nas várias ilhas que possui no Oceano Atlântico, a OTAN está estendendo seu braço por toda a extensão do Oceano Atlântico, de acordo com Biangardi, de todas essas posições, as Malvinas são as mais fortificadas, e é por isso que, em 2004, o Comando Naval do Atlântico Sul do Reino Unido foi transferido da Ilha de Ascensão para a Ilha Soledad, uma forma de demonstrar onde a potência colonial tem sua fortaleza militar nesses territórios.

A base militar estabelecida nas ilhas desde 1985, após o conflito com a Argentina, é chamada de *British Forces South Atlantic Islands* (BFSAI). Sua função, de acordo com o site oficial do governo do Reino Unido, é demonstrar a soberania sobre a Geórgia do Sul e as Ilhas Sandwich do Sul e é responsável pela atividade militar do Reino Unido na Ilha de Ascensão (UK, 2023). Essas forças não só têm a capacidade de defender o território das ilhas, mas também estão equipadas com os ativos e a infraestrutura para dar suporte a missões e deslocamentos de forças no Atlântico Sul e na Antártica.

*The primary objective of the Ministry of Defence (MoD) is to provide military defence and, where appropriate, security for the people of the UK and Overseas Territories. UK waters are a crucial environment in which MoD (including HM Armed Forces and the Royal Fleet Auxiliary) must maintain and deploy the operational capability required to achieve this. The MoD has the power to regulate sea areas and restrict their use either temporarily or permanently by making byelaws under the provisions of the Military Lands. Through the delivery of security for the UK and Overseas Territories, the MoD contributes to the marine sector by providing survey data and cross-*

*government surveillance, monitoring and enforcement activities. It employs people throughout the UK in support of its operations in the marine environment, including through HM Naval bases and MoD ranges and coastal estate.*<sup>13</sup> (Security & The UK National Strategy, 2022).

As instalações têm as seguintes capacidades ou facilidades:

### 3.2.1 Portos militares

*Port Harbor*: localizado a cerca de oito quilômetros ao sul da Base Aérea de *Mount Pleasant*, tem duas instalações, um cais civil chamado *Mare Harbour Dock* e o *East Cove Port* para uso militar para assentamento e apoio de unidades de superfície e submarinas da Marinha Real.

Esses portos não existiam até 1982, mas foram construídos em 1985 para facilitar a construção do Aeroporto de *Mount Pleasant*. Possui águas profundas e abrigadas, acessíveis pelo *Choiseul Sound*, próximo ao sítio Ramsar de *Bertha Beach*.

Sua principal função é fornecer logística básica para as forças britânicas no Atlântico Sul. É também a base operacional para o Navio de Patrulha das Ilhas Malvinas, bem como para outros navios de combate, submarinos, o Navio de Patrulha do Gelo e o Navio Auxiliar da Frota Real implantados no Atlântico Sul.

Também dá suporte aos navios do *British Antarctic Survey* (BAS), aos governos das Ilhas Malvinas, da Geórgia do Sul e das Ilhas Sandwich do Sul, bem como à atividade comercial para promover um maior desenvolvimento econômico nas ilhas.

---

<sup>13</sup> *El objetivo primordial del Ministerio de Defensa (MdD) es proporcionar defensa militar y, en su caso, seguridad a la población del Reino Unido y de los Territorios de Ultramar. Las aguas del Reino Unido son un entorno crucial en el que el MdD (incluidas las Fuerzas Armadas de SM y la Royal Fleet Auxiliary) debe mantener y desplegar la capacidad operativa necesaria para lograrlo. El Ministerio de Defensa está facultado para regular las zonas marítimas y restringir su uso de forma temporal o permanente mediante la promulgación de ordenanzas en virtud de las disposiciones de las Leyes de Tierras Militares de 1892 y 1900 y de la Ley de Poderes Terrestres de Defensa de 1958.*

*A través de la seguridad del Reino Unido y de los territorios de ultramar, el Ministerio de Defensa contribuye al sector marino proporcionando datos de estudios y actividades de vigilancia, control y ejecución intergubernamentales. Emplea a personas en todo el Reino Unido en apoyo de sus operaciones en el medio marino, incluso a través de las bases navales de Su Majestad y los polígonos y zonas costeras del Ministerio de Defensa.(traducción nossa).*

Puerto Argentino (*Porto Stanley*): É o principal porto das ilhas e está localizado na mesma cidade de Puerto Argentino. Possui instalações para carga comercial, passageiros e tráfego militar.

### **3.2.2 Base aérea da Royal Air Force**

Além das capacidades dos portos, desde 1982, as capacidades da *Royal Air Force* (RAF) aumentaram exponencialmente, com recursos que vão além das necessidades de autodefesa do território das ilhas ou do suporte de voos comerciais.

Base Aérea de *Mount Pleasant* Base militar da RAF, também conhecida como Aeroporto Internacional de *Mount Pleasant*. É um complexo militar construído em 1985 a cerca de 43 km a sudoeste de Porto Argentino e entrou em operação em 1986, abrigando diferentes unidades operacionais da força aérea, do exército e do comando e controle da BFAI.

A base tem duas pistas de decolagem, uma com 2.590 metros e outra com 1.525 metros, pode operar simultaneamente mais de 80 aviões de combate e tem capacidade para abrigar até 2.000 soldados.

Além disso, quatro aeronaves *Eurofighter Typhoon*, o caça-bombardeiro mais moderno do mundo, aeronaves C-130 Hercules, um avião-tanque VC-10, dois helicópteros Sea King e dois helicópteros *Sikorsky S-61* estão permanentemente posicionados. A defesa aérea também é coberta por radares de alerta antecipado instalados em toda a ilha.

Aeroporto de *Stanley*, com 1.100 m de comprimento, está localizado a cerca de 3 km a nordeste da cidade. Ele é operado pelo Governo das Ilhas e usado para tráfego doméstico pelo Serviço Aéreo do Governo das Ilhas Falkland (FIGAS), bem como para a Antártica pelo *British Antarctic Survey*.

### **3.2.3 Sistemas de vigilância por radar**

Em 2015, o RU encomendou novos radares no valor de US\$ 74 milhões para sistemas de defesa aérea baseados nas Ilhas Malvinas, reforçando-os em caso de um possível ataque

militar. O secretário de defesa britânico não quis comentar sobre o destino dos radares. No início deste ano, o governo britânico declarou que atualizaria as defesas das ilhas do Atlântico Sul "com sistemas de radar suecos Giraffe, fabricados pela Saab" (PADILLA, 2015)

Esse sistema de vigilância por radar está em operação com quatro estações de radar principais que constituem o sistema de vigilância aérea e marítima adjacente das Ilhas Malvinas. Além do radar na Base/Aeroporto de *Mount Pleasant*, os três radares, cuja compra foi iniciada em 2015, estão localizados em instalações remotas de alerta por radar primário em *Byron Heights* (NW) e *Mount Alice* (SW) em Malvinas e *Mount Kent* (NE, nas proximidades de Porto Argentino) na Ilha *Solitude*. Os radares de vigilância e alerta antecipado estão associados a aeronaves interceptadoras e ao sistema de defesa aérea *Sky Sabre*, instalado a partir de 2022 para substituir o antigo sistema de mísseis *Rapier*.

Em 2010, um radar de pesquisa ionosférica de HF (alta frequência) também foi instalado na Pradera do Ganso (Ilha Soledad), com o apoio da *BRITISH ANTARCTIC SURVEY* e da UNIVERSIDADE de LEICESTER. Outros recursos são atribuídos a ele, como o suporte a comunicações de rádio e vigilância, que podem incluir a detecção de aeronaves e mísseis. No cone sul, há cinco (5) radares desse tipo instalados em diferentes partes da Antártica na *BASE HALLEY*, pertencente ao Reino Unido, e nas Ilhas Subantárticas (MALVINAS). Esses radares fazem parte da rede mundial de radares de alta frequência (HF) conhecida como *Super DUAL AURORAL RADAR NETWORK (Super DARN)*, que é composta por trinta e cinco (35) estações transmissoras/receptoras distribuídas em altas latitudes, cujo objetivo é o estudo científico da atmosfera superior nas regiões do Ártico e da Antártica.

A vigilância e o controle da Antártica a partir das Malvinas são do maior interesse britânico, tendo em vista o aumento sustentado da população mundial, prevendo a existência de conflitos entre atores que reivindicam direitos de soberania sobre as áreas mais ao sul do planeta, além da necessidade permanente de recursos naturais, da crescente atividade antártica em busca de recursos energéticos e minerais e, principalmente, como fonte de água doce e recursos ainda não explorados.



### **3.2.4 Forças terrestres**

O Reino Unido mantém forças nas ilhas com aproximadamente 1.200 homens, incluindo companhias de infantaria, esquadrões, unidades especiais, grupo de logística e serviços de apoio.

Eles têm baterias de artilharia AA (Grupo de Defesa Aérea do Exército Britânico), um sistema de mísseis *Sky Sabre* e um grupo de Descarte de Material Explosivo de Serviço Conjunto.

Além das forças profissionais do Reino Unido, a Força de Defesa das Ilhas Falklands (FIDF) é composta por pessoal voluntário das ilhas. Esse pessoal é recrutado anualmente por um serviço militar voluntário aberto a homens e mulheres residentes no Reino Unido e portadores de passaporte britânico. Com isso, a força militar terrestre no território poderia chegar a cerca de 3.000 a 4.000 combatentes, levando em conta cerca de 2.000 habitantes locais e um número semelhante de militares.

### **3.2.5 Forças navais**

O porto de origem da força naval das ilhas fica em *Mare Harbor*, de onde operam permanentemente um navio de patrulha *River Offshore* (navio de patrulha da classe River), um navio *Royal Fleet Auxiliary* e um navio *Royal Fleet Auxiliary*).

Além disso, dá suporte a um Destroyer/Fragata (DD/FF) e ao quebra-gelo HMS Protector, bem como às embarcações de pesquisa científica e apoio logístico que vão à Antártica por cerca de seis meses no ano. O DD/FF comanda a Tarefa de Patrulha do Atlântico (Sul), cuja missão é proporcionar uma presença marítima para proteger os interesses do Reino Unido na região.

Ele também tem a capacidade de apoiar um submarino de propulsão nuclear da classe Astute ou Trafalgar, que pode ser implantado secretamente na área, com a capacidade de transportar armas como mísseis de cruzeiro *Tomahawk*, *Harpoon*, torpedos *Spearfish* e minas marítimas, além de implantar submarinos de propulsão nuclear com mísseis balísticos intercontinentais (SSBNs) da classe Vanguard.

### 3.3 Aspecto geopolítico

Trabalharemos para fortalecer nossa posição como a "porta de entrada para a Antártica" (Falklands., 2018-2022), dessa forma, o governo das ilhas, que é dependente da Coroa Britânica, expressa seu posicionamento claro em relação à Antártica.

O enclave britânico nos arquipélagos do sul significa que a localização e o tamanho das áreas insulares das Malvinas, Geórgia do Sul e Ilhas Sandwich do Sul, e especialmente as áreas marítimas adjacentes, projetam as reivindicações de soberania antártica britânica de 20° a 80° oeste. A área de superfície dos três grupos de ilhas e as jurisdições marítimas adjacentes (quase 15.000 km<sup>2</sup> de ilha e 2.600.000 km<sup>2</sup> de marítima) e o setor antártico "britânico" com seus mares adjacentes (1.700.000 km<sup>2</sup> em terra com mais de 4 milhões de km<sup>2</sup> de marítima antártica) são de grande importância quando se trata de sentar-se à mesa de negociações da Antártica.

O RU não mantém um esforço militar uniforme em todos os seus territórios ultramarinos ao redor do mundo, mas em pontos estratégicos. No caso das Ilhas Malvinas e do Atlântico Sul, elas são duplamente utilizáveis: por um lado, como futuras fornecedoras de recursos energéticos vitais para o RU, e também como ponto de controle para as passagens interoceânicas (Canal de Beagle, Estreito de Drake e Estreito de Magalhães), ligando a passagem de três continentes, e também como ponto de apoio para sua implantação e influência em direção à Antártica. É por isso que as Malvinas não são apenas mais uma ilha, mas - como afirmou (GOROJOVSKY, 2015) - "a importância das Ilhas Malvinas não é apenas regional, mas global".

O Atlântico Sul e a Antártica têm uma gravitação com fortes linhas de interdependência, já que a Península Antártica é o território do continente sul que se estende mais ao norte, alcançando assim a menor distância entre ela e qualquer um dos outros continentes habitados; as Ilhas Malvinas, depois das ilhas do sul da América do Sul, são o ponto mais próximo desse continente.

Em 1908, a Coroa criou as possessões das "Dependências das Ilhas Falklands" por meio de uma carta patente que também incluía as águas do Atlântico Sul ao sul do paralelo 50° S e até o Polo Sul, entre os meridianos 20° e 80° W, um setor que também incluía parte do continente argentino e chileno.

Com o Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em dezembro de 2009, os signatários da UE declararam as Malvinas, a Geórgia do Sul, as Ilhas Sandwich do Sul e o Território

Antártico Britânico como Territórios Ultramarinos, sem mencionar que esses territórios são disputados pela Argentina e pelo Chile. Isso não apenas atende aos interesses do RU, mas também à necessidade da UE de expandir os territórios para explorar recursos estratégicos além de suas fronteiras.

Isso se reflete no discurso de um grande número de personalidades do mundo geopolítico, por exemplo, Michel Rocard, ex-primeiro-ministro da França durante a presidência de François Mitterrand e que foi embaixador de seu país para os polos em 2015, durante uma reunião do Tratado Antártico em dezembro de 2013, realizada em Buenos Aires, disse que "o petróleo antártico será explorado; a questão é discutir como isso será feito" (FRAGA, La Reina Isabel y el futuro de la Antártida, 2013).

Após a entrada em vigor do Tratado da Antártica, Londres decidiu reagrupar suas áreas, criando uma administração especial para os territórios antárticos abaixo do paralelo 60ºS, chamada de "Territórios Antárticos Britânicos", deixando apenas a Geórgia do Sul e as Ilhas Sandwich do Sul como "Dependências das Ilhas Falklands". Em 1985, esses dois arquipélagos passaram a ser considerados pelo RU como um novo "território ultramarino", distinto das Ilhas Malvinas, uma situação que continua até hoje (CAPLAN-EISSA, 2015).

Em sua declaração de estratégia de segurança para 2022, o RU afirma que a obtenção de suprimentos de hidrocarbonetos do RU a partir de fontes locais minimiza a dependência de importações estrangeiras e, portanto, melhora nossa segurança de fornecimento de energia. Maximizar a recuperação econômica dos recursos de petróleo e gás da Grã-Bretanha de forma sustentável é, portanto, uma prioridade nas estratégias de fornecimento de energia e segurança energética do Reino Unido (Security & The UK National Strategy, 2022).

### **3.4 Aspecto econômico**

A própria Royal Navy afirma que 95% da atividade econômica da Grã-Bretanha depende dos oceanos e que a Grã-Bretanha importa £524 milhões em mercadorias todos os anos, sendo que 90% do comércio mundial é transportado por mar. O capitão Simon Pettit, da *Royal Navy*, declarou a importância de continuar investindo na marinha, pois a Grã-Bretanha se beneficia a longo prazo da proteção das águas, das quais dependem sua prosperidade, recursos e matérias-primas (NAVY, 2015).

Quanto ao orçamento anual regular, em março de 2015, o Secretário de Defesa do Reino Unido, Michael Fallon, anunciou à Câmara dos Comuns (parlamento britânico) que, como parte da chamada Revisão de Defesa das Ilhas Falklands, que fortalecerá e modernizará a infraestrutura militar, serão investidos mais £180 milhões (US\$ 282 milhões) nos próximos 10 anos.

Por outro lado, o Reino Unido é altamente dependente de fontes externas de energia, tanto para a produção quanto para o bem-estar de sua população.

O governo britânico se esforça para maximizar a produção econômica das reservas domésticas, tendo em mente que quase todo o petróleo e o gás do Reino Unido são produzidos em campos offshore. Principalmente no Mar do Norte, onde as reservas e a produção estão diminuindo gradualmente em 7% ao ano, o Reino Unido deixou de ser um exportador líquido para se tornar um importador líquido de petróleo desde 2005. O mesmo se aplica à produção de gás natural, que atingiu o pico em 2000 e, desde então, a produção vem diminuindo rapidamente em 6% ao ano e está a caminho da extinção (IEO, 2012).

De acordo com a mesma fonte (IEO, 2012), a longo prazo, projeta-se que o consumo global de todas as fontes de combustível aumente até 2040, com os combustíveis fósseis fornecendo quase 80% do consumo de energia. O uso global de petróleo e outros combustíveis líquidos cresceu 87 milhões de barris por dia em 2010 e estima-se que será de 115 milhões de barris por dia em 2040.

O sistema energético do RU é caracterizado por uma grande proporção de gás natural e petróleo, que em 2017 representaram 73% do fornecimento total de energia primária e 70% da produção nacional de energia (IEA, 2019).

Essa alta dependência é exacerbada pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia, já que a Ucrânia é um grande exportador de gás para a UE, e é uma necessidade para o Reino Unido que a futura exploração de hidrocarbonetos no Atlântico Sul reduza sua dependência de fontes externas de energia. Altos níveis de importação de energia significam não apenas o aumento do déficit comercial, mas também a dependência econômica estratégica da produção doméstica, bem como o aumento dos preços ao consumidor e do custo de vida, além de gerar agitação interna no país.

Os interesses britânicos nos territórios do sul são os mesmos do período mais expansionista da era vitoriana. A questão antártica e as Malvinas não podem ser separadas, como mostra o fato de que o próprio *Foreign and Commonwealth Office* (FCO) tende a usar

os mesmos negociadores para ambas as questões (SOLARI, 2004) e canalizou seu interesse na região sul por meio das Malvinas como base de operações.

Por sua vez, Antônio José Teixeira, assessor da Comissão Interministerial de Recursos Marinhos (CIRM) do Brasil, disse que a exploração dos recursos era apenas uma questão de tempo "...Se, no futuro, os recursos minerais em outros lugares se esgotarem e a tecnologia permitir que os recursos antárticos sejam explorados sem prejudicar o meio ambiente, é provável que os países discutam uma convenção sobre sua exploração...".

### **3.5 Aspecto social**

Atualmente, as Ilhas Malvinas são habitadas por um grupo de pessoas de diferentes nacionalidades, a grande maioria das quais não é nativa nem descendente dos primeiros ocupantes ilegítimos em 1833. Os descendentes desses primeiros ocupantes não foram reconhecidos como cidadãos do RU até depois do conflito de 1982 e, na época do conflito, eles não tinham o status de cidadãos do RU. Como resultado, esse status foi concedido a eles em 1983 por meio do *British Nationality Act*, que transformou os ilhéus em cidadãos britânicos plenos, embora eles tivessem que solicitar a cidadania.

Apoiado por um falso endosso da ONU, o FCO buscou, nas últimas décadas, aumentar a confiança internacional na ocupação das Ilhas Malvinas. Em 2002, emitiu o *British Overseas Territories Act*, que proclamou a extensão da cidadania a todos os habitantes das colônias britânicas, igualando o status legal dos súditos do império. A lei estendeu a cidadania automática a todos os Territórios Britânicos Ultramarinos, incluindo o Território Antártico Britânico (que se sobrepõe inteiramente ao Território Antártico Argentino e parcialmente ao Território Antártico Chileno) e as bases aéreas soberanas de Akrotiri e Dhekelia no Chipre (Legislação, 2002).

Em seu discurso anual, o governador Colin Roberts declarou em junho de 2014 que um dos principais problemas das ilhas é a população. O último censo revelou uma população estática e envelhecida. Diante desse cenário, a legislatura encomendou um estudo em 2013 para reformar a política de imigração. A intenção é rejuvenescer a população idosa e aumentar a força de trabalho disponível. Roberts enfatizou a necessidade de formular um sistema justo, transparente e simples para equilibrar a necessidade de uma força de trabalho

maior para facilitar o crescimento econômico com a aspiração de preservar o modo de vida das ilhas.

Em 2022, as autoridades britânicas do arquipélago do Atlântico Sul realizaram um censo para determinar com precisão quantas pessoas vivem lá e, assim, concluíram que as ilhas têm uma população de 3.662 pessoas. Entre essas informações estatísticas, foi destacada a natureza multicultural da população da ilha: embora seja um número pequeno de habitantes, o censo registrou nada menos que 86 nacionalidades diferentes (PERFIL, 2023).

A administração local afirma que quase 70% da população são residentes permanentes e os 30% restantes são migrantes temporários.

Embora, em números gerais, a população tenha aumentado, esse aumento se deve à imigração, à migração de mão de obra no caso de civis e ao aumento das forças militares mobilizadas nas ilhas. Conquanto isso seja um problema em termos de fortalecimento de sua posição no arquipélago, o FCO está adotando uma política de promoção da população para aumentar a presença do RU nas ilhas.

Na busca de aprofundar a ideia de emancipação e autonomia sobre o projeto estatal, por meio de uma nova constituição que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2009 (a constituição das ilhas é ditada pelo monarca por meio do Conselho Privado) e permitiu que os ilhéus reforçassem uma certa abertura para a autonomia. O governo das ilhas está nas mãos do Rei, que mantém as responsabilidades, as quais ele coordena com o Reino Unido de forma contínua, em especial a defesa das ilhas e a política externa (que, como nos outros territórios ultramarinos, é operada pelo Ministério das Relações Exteriores).

As Malvinas têm uma Assembleia Legislativa presidida por um Presidente e composta por dois membros *ex-officio*, o Chefe do Executivo e o Secretário de Finanças, e o Procurador Geral das Forças e o Comandante Britânico das Ilhas do Atlântico Sul (CBFSAI) têm o direito de participar das reuniões da Assembleia Legislativa.

O objetivo dessa assembleia é autorizar leis para a paz, a ordem e o bom governo das ilhas, sujeitas à aprovação ou veto de Sua Majestade o Rei, agindo por meio de seu Secretário de Estado para Assuntos Estrangeiros.

### 3.6 Infraestrutura

Em sua declaração de política para as ilhas, o governo das Falklands declarou para o período de 2018/2022 que: "Desenvolveremos novas instalações portuárias para apoiar a expansão futura de nossas indústrias e planos de progresso com o Ministério da Defesa para o futuro do cais *Mare Harbour*" (Falklands., 2018-2022).

Como concretização do que foi anunciado no plano de governo das ilhas para esse período, em 11 de julho de 2023 foi aberto um novo processo de licitação para a renovação e expansão do píer modular instalado nas Falklands após o conflito de 1982.

No momento, um sistema de doca flutuante está sendo licitado no mesmo local do Terminal Portuário das Malvinas (FIPASS) existente, com 300 metros iniciais de espaço de atracação e mais 100 metros no final do período de construção, totalizando 400 metros, de acordo com a necessidade prevista de espaço de atracação, conforme identificado pelos principais usuários do porto. Em referência, é claro, às embarcações das empresas de pesca, às necessidades da atividade turística e de cruzeiros na Antártica e às projeções da exploração de petróleo que estão promovendo (AGENDA MALVINAS, 2023).

### 3.7 A projeção do Reino Unido.

A derrota da Invencível Armada Espanhola, o 8 de agosto de 1588, e a ascensão da revolução industrial permitiram que a Inglaterra emergisse como potência marítima e novo "hegemon" do mundo, conseguindo dominar o comércio mundial através do mar até se posicionar como centro de um império planetário até o final do século XIX (SUAREZ, 2016).

O RU exerce sua soberania sobre as ilhas Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha e Malvinas, o que lhe garante o controle sobre o Atlântico Sul - hoje revalorizado pela exploração de petróleo no Golfo do Brasil, Guiné, Angola e Guiana, e pela exploração pesqueira - e sobre as principais rotas marítimas alternativas que ligam o hemisfério sul aos oceanos Atlântico, Pacífico e Índico.

Desde 1982, o arquipélago das Malvinas começou a assumir um valor maior do que antes para o Reino Unido e para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e é um ponto estratégico imbatível para o controle e a projeção não apenas sobre a Antártica, mas sobre todo o Atlântico Sul e a Patagônia argentina.

Sob o nome de *Overseas Territories Programme* (Programa de Territórios Ultramarinos), podemos ver como o RU administra e implementa suas políticas nos territórios sob seu controle.

Esse programa, sob a supervisão do *Foreign Commonwealth and Development Office* (FCDO) para o período 2022/2023, concentrou-se principalmente nos Territórios Ultramarinos (GOV-UK, 2023).

- Apoiar a proteção ambiental, incluindo o gerenciamento marinho sustentável.
- Promover a boa governança e o desenvolvimento econômico sustentável.
- Defender a soberania do Reino Unido e cumprir as obrigações internacionais.
- Aumentar a capacidade para que os Territórios Ultramarinos sejam mais adequados para responder e se recuperar de uma crise ou desastre natural.

Entre o ano fiscal 2022 e 2023, os gastos do Programa Internacional se concentraram no apoio a áreas amplas: proteção do meio ambiente, cumprimento de obrigações constitucionais, fornecimento de assistência técnica financeira, fortalecimento da segurança e da resiliência e financiamento limitado para projetos de infraestrutura. Por exemplo, citamos aqueles que estão diretas ou indiretamente relacionados a este estudo:

- O programa *Blue Belt* ajuda os territórios ultramarinos do RU a melhorar a proteção marinha e o gerenciamento sustentável. Ao criar 4.000.000 km<sup>2</sup> de áreas marinhas protegidas em nove territórios ultramarinos, o programa *Blue Belt* fornece as evidências necessárias para demonstrar que as áreas marinhas protegidas funcionam e reforça a liderança global do Reino Unido na proteção dos oceanos.
- No Território Antártico Britânico, o financiamento permitiu que o RU *Antarctic Heritage Trust* continuasse a preservar e proteger o patrimônio antártico britânico e a realizar projetos relacionados à educação e divulgação da história e do patrimônio do envolvimento do RU na Antártica.

Em maio de 2009, o Reino Unido fez uma submissão à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), especificamente à Comissão sobre os Limites da Plataforma Continental (CLCS), na qual reivindicou 350 milhas náuticas de plataforma continental adjacente aos arquipélagos das Malvinas, Georgias e Ilhas Sandwich do Sul, e reivindicou



como suas porções da Antártica argentina e chilena e, como resultado, 200 milhas náuticas da zona econômica exclusiva (ZEE) e 350 milhas da plataforma continental; em suma, uma área de 3.500.000 km<sup>2</sup> (GANEAU, 2019).

Dessa forma, o RU exerce controle não apenas sobre os chamados Territórios Ultramarinos, como as Ilhas Malvinas, mas também sobre grandes áreas marítimas adjacentes, que são ricas em recursos naturais e energéticos. O mesmo procedimento se estende à Antártica, que está sob o controle das Ilhas Malvinas.

Como foi visto nos parágrafos deste capítulo, o RU fortaleceu sua posição no hemisfério sul, especialmente no Arquipélago das Malvinas. Esse crescimento, impulsionado desde 1982, pode ser visto no aumento da capacidade portuária, na construção do novo aeroporto, no fortalecimento dos órgãos de governo das ilhas para dar a eles um papel mais importante.

Instituições como o Comando Naval do Atlântico Sul do RU e parte das funções do *BRITISH ANTARCTIC SURVEY*, que é o órgão responsável pela pesquisa e implantação do RU no setor antártico, também foram realocadas para dar maior relevância política.

As instituições também foram realocadas para dar a elas maior relevância política, como o Comando Naval do Atlântico Sul do RU.

## 4 EXPRESSÕES DE PODER DO REINO UNIDO EM RELAÇÃO À ANTÁRTICA

Após apresentar os principais aspectos do crescimento e do desenvolvimento das capacidades do Reino Unido nas Ilhas Malvinas no terceiro capítulo, e com base nos conceitos estabelecidos no capítulo dois sobre as teorias de geopolítica, oceanopolítica e poder naval, que contextualizam as relações entre os Estados em termos de suas políticas em ambientes estratégicos de interesse, este capítulo correlaciona as capacidades desenvolvidas nas Ilhas Malvinas pelo Reino Unido com as teorias da geopolítica e oceanopolítica mencionadas anteriormente, no que diz respeito ao seu uso como base de apoio para o exercício de controle do território antártico.

Deve-se observar que as considerações apresentadas a seguir não constituem a visão política de qualquer Estado, sendo análises de natureza puramente acadêmica, não representando quaisquer reivindicações de soberania pelos países citados neste documento.

### 4.1 O uso do *Soft Power*

Conforme declarado no capítulo anterior, com as Cartas Patentes de 1908 e 1917, o RU incorporou formalmente os arquipélagos da Geórgia do Sul, Ilhas Sandwich do Sul, Órcades do Sul, Shetland do Sul e parte do território antártico (Terra do Graham, como o Reino Unido chama a Península Antártica) à administração do governo das Ilhas Falklands, ou seja, define os territórios subordinados ao arquipélago das Ilhas Malvinas. Assim, eles se tornaram parte de suas dependências.

Esses territórios vão desde o Polo Sul até entre 20° e 80° de longitude oeste e estão sob a órbita do *Foreign and Commonwealth Office*, integrando os arquipélagos da Geórgia do Sul e das Ilhas Sandwich do Sul às Dependências das Ilhas Falklands.

Após o conflito de 1982, em 1985, esses territórios foram reconhecidos como Territórios Ultramarinos que não as Malvinas, uma situação que persiste até hoje.

Com o Tratado de Lisboa, de dezembro de 2009, os signatários da UE declararam as Falklands, as Ilhas Geórgia do Sul, as Ilhas Sandwich do Sul e o Território Antártico Britânico como Territórios Ultramarinos, sem mencionar que são territórios disputados pela Argentina e pelo Chile.

Dessa forma, em alguns casos unilateralmente e em outros com o apoio de seus aliados, podemos perceber que o Reino Unido usa sua influência em fóruns internacionais e extrarregionais para estender sua influência sobre territórios no Oceano Atlântico Sul e na Antártica, empregando o conceito de *Soft Power*, discutido no capítulo 3.

Outra demonstração de *Soft Power* é encontrada no *Islands Plan 2018-2022* (Falklands., 2018-2022) do governo britânico, que deixa bem claro que esses territórios permitem que o RU projete sua influência, acesso logístico e controle sobre os recursos naturais do continente antártico.

Juntamente com a declaração acima, o estabelecimento do *Blue Belt*, nome dado à criação de Áreas Marinhas Protegidas (MPAs), ocorreu em 2012 nas Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, que estão na zona estabelecida pela Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos da Antártica (CCAMLR). A falta de regulamentações mais precisas sobre o assunto permitiu que o RU utilizasse esse tipo de área de forma política para capturar vontades, transmitir valores, implantar uma cultura e ideologias para influenciar assuntos internacionais e consolidar suas reivindicações de soberania sobre esses espaços.

Em ambos os casos, podemos deduzir, que o RU não apenas faz uso de seu *soft power*, mas também emprega a Oceanopolítica por meio da extensão de sua área de influência nesses territórios, com o apoio de normas internacionais vagas.

#### **4.2 Demonstração de *Hard Power***

Desde o fim da guerra de 1982, o RU tem aumentado exponencialmente seu poder militar nas Ilhas Malvinas, justificado pelas constantes reivindicações de soberania da Argentina sobre as ilhas, mas o país deixou claro que pretende buscar quaisquer reivindicações por meios pacíficos, conforme estabelecido pela ONU, de modo que esse fortalecimento não tem, em vista dessa análise, outra justificativa a não ser sua determinação de ter uma posição estratégica e militarmente forte no Atlântico Sul, com vistas à possível expansão sobre a Antártica.

A presença de um navio-patrolha permanentemente nas ilhas, aviões de combate de última geração, radares de alerta antecipado e sistemas de defesa aérea não é a expressão de incentivos mencionada por Joseph Nye em sua teoria do *hard power*.

Ter uma base conjunta com capacidade para abrigar entre 3.000 e 4.000 soldados, quando a população total a ser protegida é inferior a esse número, de um inimigo que precisa atravessar pelo menos 350 milhas náuticas de mar, e ocupar apenas aproximadamente 15% dessa capacidade em caráter permanente, é outra demonstração de prontidão e capacidade de força.

Com o objetivo de aumentar as forças de defesa das Ilhas Malvinas, o RU implementou um sistema de serviço militar voluntário entre os habitantes das ilhas. Podemos inferir que esse tipo de medida busca fortalecer o poder militar nas ilhas, procurando não apenas aumentar a capacidade militar, mas também fortalecer o espírito "nacionalista" dos habitantes.

### **4.3 Progresso geopolítico e oceanopolítico**

Como já mencionado, o arquipélago das Malvinas é um ponto estratégico imbatível para o Reino Unido e como extensão do braço da OTAN, pois permite o controle e a projeção não apenas sobre a Antártica, mas sobre todo o Atlântico Sul e as principais rotas marítimas interoceânicas do hemisfério sul.

Também investiu em infraestrutura portuária, expandindo a capacidade e o número de suas docas, o que lhe permite não apenas explorar os recursos das ilhas, mas também fornecer apoio logístico a outros países que entram na Antártica.

Essa infraestrutura também se expandiu para os aeroportos, que passaram de uma pequena pista de pouso em 1982 para três pistas de pouso, sendo que a mais importante delas fica dentro do complexo militar de *Mount Pleasant*, permitindo a implantação e o suporte de voos de e para a Antártica.

As reivindicações de soberania do RU, contidas nas cartas patentes de 1908 e 1917, juntamente com o Tratado de Lisboa de 2009, instrumentos legais criados para apoiar essas reivindicações aos territórios antárticos, baseiam-se em sua posição nas Ilhas Malvinas, ou seja, se elas não fossem consideradas territórios ultramarinos, se seus habitantes fossem cidadãos do RU ou se fossem integradas novamente ao território da República Argentina, o RU não teria uma base geográfica muito importante para manter suas reivindicações ao Continente Branco.

Por meio do Programas de Territórios Ultramarinos 2022-2023, o RU alocou fundos a serem usados para a manutenção do patrimônio na Antártica, destacando que parte do *British Antarctic Survey*, o órgão de gestão do Programa Antártico Britânico, opera a partir das Ilhas Malvinas, reforçando a importância que se pretende dar não apenas geograficamente às ilhas, mas também por meio dos órgãos políticos que participam de vários fóruns internacionais que fazem parte do Sistema do Tratado da Antártica.

#### **4.4 A projeção do poder naval**

A linha imaginária que liga as ilhas de Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha e as Malvinas, conhecidas como Territórios Ultramarinos pelo RU, onde mantém bases avançadas permanentes, permite estender e projetar seu poder naval sobre todo o Oceano Atlântico. Afirmando os conceitos expressos pelo Almirante Mahan, que afirmou "...que é necessário ter bases cuja principal missão seja apoiar as frotas comerciais e outras cuja principal missão seja apoiar as forças navais em caso de conflito "

Outra expressão desse poder é o aumento da população das Ilhas Malvinas, que é impulsionado pelo RU, que tem dois eixos, o civil e o militar, este último com maior crescimento nos últimos anos, e o primeiro que recentemente foi reconhecido como cidadão britânico, inculcando assim o idealismo de nação e pertencimento àqueles que habitam as ilhas, expressões do caráter e do número de seus habitantes, segundo Mahan.

Desde o fim do conflito, o RU concedeu certas "liberdades" aos habitantes, incluindo o direito de formar um órgão de governo, o que cria e fortalece os laços com o governo central e garante maior subordinação como parte da administração britânica.

A distância entre o RU e a Antártica impossibilita o envio de aeronaves diretamente para o continente sul, e a entrada de unidades navais de superfície ocorre apenas no verão, o que significa que é impossível fornecer apoio às bases durante todo o ano sem um apoio próximo, como o fornecido pelo arquipélago das Malvinas. Além disso, no caso de um conflito sobre os territórios antárticos, os países mais próximos estão disputando o mesmo espaço territorial com o RU, de modo que as ilhas são o "porta-aviões" mais seguro no Atlântico Sul, bem como o porto mais próximo e seguro. Dessa forma, elas adquirem todas as

características geográficas e de tamanho mencionadas por Mahan como necessárias para projetar o poder naval de um Estado.

## 5 CONCLUSÃO

A situação particular dos arquipélagos do sul mencionados acima significa que eles se projetam fundamentalmente na Passagem de Drake e no Continente Antártico. Por esse motivo, eles têm sido cada vez mais integrados à ação geopolítica do RU na região.

Neste artigo, buscamos a ajuda da geopolítica para encontrar pontos de concordância das ações empreendidas pelo RU em busca da consolidação de sua posição para o resto do mundo.

Também foram utilizados os conceitos do Almirante Martínez Busch e da Oceanopolítica, como exemplo da importância que os espaços marítimos estão assumindo, tendo em vista as mudanças climáticas, sociais, energéticas etc. pelas quais o planeta está passando. E, por fim, como o poder naval do RU é utilizado, segundo os conceitos de Almirante Mahan, como uma ferramenta da Geopolítica e da Oceanopolítica do Estado para consolidar, juntamente com outras ferramentas do Estado, sua posição e poder em uma região.

Essas análises e os levantamentos realizados buscavam atingir o objetivo de responder à pergunta que motivou este trabalho sobre se as Ilhas Malvinas, Georgias e Sandwich das Almas influenciam o controle do domínio do Atlântico Sul para a entrada na Antártida, tornando-se um ponto estratégico de vital importância. A partir da análise realizada neste trabalho, podemos inferir que as ações empreendidas pelo RU desde o conflito do Atlântico Sul, em 1982, foram desenvolvidas principalmente em duas linhas principais, sendo a primeira a exploração de recursos nas ilhas e a segunda, e a que nos interessa, a fim de projetar sua influência sobre a Antártica, com vistas a possíveis mudanças no ambiente geopolítico e no escopo do Tratado da Antártica a partir de 2048.

Essas ações não foram empreendidas unilateralmente e são traduzidas em uma chave expansiva, sendo, por enquanto, principalmente características da geopolítica britânica no Atlântico Sul nas últimas décadas. Essa geopolítica sobre as Ilhas Malvinas tem sido exercida de forma direta, garantindo um aumento considerável do aparato militar nas ilhas, o que permite que o RU e seus parceiros políticos da OTAN estabeleçam seu interesse nacional nessas áreas tão distantes de seu entorno geográfico imediato.

Foi possível verificar de imediato que, para ambas as partes, a posição, o clima e a forma das Ilhas Malvinas são particularmente importantes, uma vez que, a partir de suas

bases, é possível exercer uma presença efetiva na comunicação entre os oceanos Atlântico Sul e Pacífico, além de serem um ponto de apoio adequado para operações antárticas de países fora do Cone Sul-Americano. Por isso, acreditamos em sua importância para o RU ou qualquer outro bloco de potências que pretenda exercer uma presença política ou militar na área.

Outro ponto de interesse vital para o RU, sobre as ilhas Malvinas, mencionado em sua carta patente de 1908 e 1917, e no Tratado de Lisboa de 2009, onde o RU faz sua reivindicação de direitos de soberania sobre um setor da Antártica, que se baseia na posição do arquipélago, e que também se sobrepõe às reivindicações da Argentina e do Chile. Perder esses territórios significaria perder grande parte da sustentabilidade de sua reivindicação.

Como corolário deste breve artigo, podemos inferir que as Ilhas Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul adquiriram para o RU uma importância relevante em sua política externa e em sua visão do Atlântico Sul, que talvez não fosse tão apreciada antes do conflito de 1982 com a Argentina, mas, desde então, sua localização geográfica dá ao RU um ponto de posicionamento estratégico para poder implantar sua geopolítica no hemisfério sul.

Também lhe permite entrar no Continente Branco, uma fonte ainda inexplorada de recursos naturais, vivos e não vivos, de valor estratégico para o futuro da humanidade, e que ainda não foi "conquistada" em sua totalidade pelo homem.

Devido a essa vasta quantidade de recursos, a Antártica está se tornando uma chave geopolítica determinante para a segunda metade do século XXI. Acredita-se que, para uma potência expansionista como o RU, perder uma posição estratégica a partir da qual pode exercer sua influência e obter o controle de recursos tão vastos para o seu futuro é uma questão de suma importância que deve ser protegida e guardada.



## REFERENCIAS

- AGENDA MALVINAS. (julio de 2023). Acceso em JULIO de 2023, disponível em <https://agendamalvinas.com.ar/noticia/los-kelpers-abrieron-una-nueva-licitacion-para-la-construccion-de-un-puerto-en-malvinas>
- AIRALDI, E. (2009). *La cuestión de las Islas Malvinas en la diplomacia multilateral*. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. Consultado. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. Consultado. Acceso em ABRIL de 2023, disponível em [https://www.mrecic.gov.ar/userfiles/07-eduardo\\_airaldi.pdf](https://www.mrecic.gov.ar/userfiles/07-eduardo_airaldi.pdf)
- ATENCIO, J. (1982). *Qué es Geopolítica*. BUENOS AIRES: PLENAMAR. Acceso em MAYO de 2023
- BRASIL, G. (2015). *Science Direct*. (M. Policy, Produtor, & United Kindon) Acceso em JUNIO de 2023, disponível em *The geopolitical dimension of maritime security*: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308597X14003509>
- BUSCH, J. M. (1993). *OCEANOPOLITICA: una alternativa para el desarrollo*. Santiago de Chile: Andrés Bello. Acceso em ABRIL de 2023
- CAPLAN-EISSA, S. (Feb de 2015). *Análisis Estratégico del Sistema Malvinas, Antártida y Atlántico Sur. DOCUMENTOS DE TRABAJO N°28*. Buenos Aires, Republica Argentina: Escuela de Defensa Nacional, Ministerio de Defensa. Acceso em ABRIL de 2023
- CASTRO, J. (Agosto de 2010). *El Atlántico Sur en el contexto mundial. Boletín N° del Centro Naval, 827*. Acceso em MAIO de 2023, disponível em <https://www.centronaval.org.ar/boletin/BCN827/827-CASTRO.pdf>
- CPyP, & Centro de Análisis de Política y Prospectiva, C. (2023). *Fundamentos para la Oceanopolítica*. Acceso em JUNIO de 2023, disponível em GEOPOLÍTICA XXI: <https://geopoliticaxxi.wordpress.com/2011/04/15/fundamentos-para-la-oceanopolitica/>
- EGUÍA, S. (2014). *Geopolítica y Recursos naturales: los motivos por los cuales Gran Bretaña no devuelve las Islas Malvinas*. Acceso em JUNIO de 2023, disponível em <http://www.infonews.com/nota/141055/geopolitica-y-recursos-naturales-los-motivos-por-los-que-gran-bretana-no-devuelve-las-malvinas>
- ESTANGANELLI-FRANKENBERG, I. (2020). *RUSIA Y EL MAR GLACIAL ÁRTICO*. Sociedad Argentina de estudios estratégicos y globales. Sociedad Argentina de estudios estratégicos y globales. Acceso em JULHO de 2023, disponível em <https://saeeg.org/index.php/2020/10/14/rusia-y-el-mar-glacial-artico/>
- ESTANGANELLI-FRANKENBERG, I. (2022). *EL OCÉANO GLOBAL: POLÍTICA INTERNACIONAL DE LOS ESTADOS UNIDOS*. Sociedad Argentina de estudios estratégicos y globales. Sociedad Argentina de estudios estratégicos y globales. Acceso em JULHO de 2023, disponível em <https://saeeg.org/index.php/2022/03/03/el-oceano-global-politica-internacional-de-estados-unidos/>
- Falklands., G. d. (2018-2022). *Falkland Islands Plan*. Port Stanley. Acceso em JUNIO de 2023
- FERRARI, AUZA y DANSKY. (2019). *LA EVOLUCION DEL ESCENARIO ANTARTIDA EN LA REGION Y EL MUNDO*. Escuela Superior de Guerra Argentina. Universidad Nacional de la Defensa. Acceso em Agosto de 2023, disponível em

[http://www.cefadigital.edu.ar/bitstream/1847939/1624/1/La%20evolucion%20del%20escenario%20Antartida%20en%20la%20region%20y%20el%20mundo%2001\\_03\\_2021.pdf](http://www.cefadigital.edu.ar/bitstream/1847939/1624/1/La%20evolucion%20del%20escenario%20Antartida%20en%20la%20region%20y%20el%20mundo%2001_03_2021.pdf)

FRAGA, R. (1993). *El Factor Estratégico en la Cuestión Malvinas. Revista de Relaciones Internacionales Nro. 9*. Acesso em MAIO de 2023, disponível em <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/10118/El+Factor+Estrat%E9gico.pdf;jsessionid=8CD1E2900EFABB5C4166AA5E23FC448F?sequence=1>

FRAGA, R. (2013). *La Reina Isabel y el futuro de la Antártida*. Acesso em JULHO de 2023, disponível em Nueva MAYoria Argentina: [http://www.nuevamayoria.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=3767&Ite](http://www.nuevamayoria.com/index.php?option=com_content&task=view&id=3767&Ite)

García, L. (ENE/ABR de 2022). *REINO UNIDO, POR MALVINAS HACIA LA ANTARTIDA. BOLETIN DEL CENTRO NAVAL N° 857*, pp. 34-39.

GOMICHO, M. (2013). *Joseph Nye on Soft Power*. E-International Relations. Acesso em ABRIL de 2023

GOROJOVSKY, N. (2015). *El Corredor Nordantártico, las Malvinas y América Latina. Primer Congreso Latinoamericano Malvinas una Causa de la Patria Grande*. UNiversidad de Lanus. Acesso em MAIO de 2023

GOV-UK, R. U. (25 de JULHO de 2023). *Resumen del programa de territorios de ultramar 2022 a 2023*. Acesso em JULHO de 2023, disponível em GOV.UK: <https://www.gov.uk/government/publications/official-development-assistance-oda-fcdo-international-programme-spend-objectives-2022-to-2023/overseas-territories-programme-summary-2022-to-2023>

IEA, I. E. (2019). *United Kindom Reviw*. Acesso em MAIO de 2023, disponível em [file:///C:/Users/julic/Documents/C-EMOS%202023/Disserta%C3%A7ao/Interese%20UK/Energy\\_Policies\\_of\\_IEA\\_Countries\\_United\\_Kingdom\\_2019\\_Review.pdf](file:///C:/Users/julic/Documents/C-EMOS%202023/Disserta%C3%A7ao/Interese%20UK/Energy_Policies_of_IEA_Countries_United_Kingdom_2019_Review.pdf)

IEO, I. E. (2012). *Energy Policies of IEA Countries 2012 Review The United Kindon*. Acesso em MAIO de 2023, disponível em International Energy Outlook: [https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/UK2012\\_free.pdf](https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/UK2012_free.pdf)

KOUTOUDJIAN, A. (ENERO / JUNIO de 2020). *GEOPOLÍTICA DEL MAR ARGENTINO. Boletín del Centro Naval 853*. Buenos Aires, Argentina. Acesso em ABRIL de 2023

LAUREANO, R. C. (May - Ago de 2012). *Geopolítica. Origen del concepto y su evolución. Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM, N° 113*, pp. 59-80. Acesso em ABRIL de 2023

LEIGHTON, P. (12 de FEBREIRO de 2014). *THOMSON REUTERS FOUNDATION NEWS*. Acesso em MAIO de 2023, disponível em Las naciones en desarrollo buscan una parte del botín de la Antártida: <https://news.trust.org/item/20140212132723-awc5o?view=print>

MAHAN, A. T. (1890). *The Influence of Sea Power Upon History: 1660–1783. Revista de estudios sobre espacio y poder (traductores Tenientes de Navío Juan Cervera y Jácome y Gerardo Sobrini y)*, pp. 305-334. Acesso em MAIO de 2023

MATTOS, L. R. (2014). *A INCLUSÃO DA ANTÁRTICA NO CONCEITO DE ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO. REVISTA ESCOLA DE GUERRA NAVAL v. 20*, pp. 165-191. Acesso em ABRIL de 2023

- NASCIMENTO, C. H. (2019). *LA DIPLOMACIA DE DEFENSA Y LA PROYECCIÓN DE LA OCEANOPOLÍTICA*. Escuela Superior de Guerra de Colombia. Colombia: Escuela Superior de Guerra de Colombia. Acesso em ABRIL de 2023, disponível em <https://esdegrevistas.edu.co/index.php/rema/article/download/366/600>
- NAVY, R. (2015). *Royal Navy*. Acesso em JUNIO de 2023, disponível em A country depend on the sea||: <http://www.royalnavy.mod.uk/news-and-latest-activity/features/equipped-for-the-future>
- NYE, J. (2009). *Soft Power: The Means To Success In World Politics*. Reino Unido: Hachette. Acesso em ABRIL de 2023
- PADILLA, L. (2015). *Defesa Aerea y Naval*. Acesso em JULHO de 2023, disponível em <https://www.defesaaereanaval.com.br/geopolitica/gra-bretanha-adquire-mais-radares-saab-giraffe-amb-3d-para-a-defesa-nas-ilhas-falklands>
- PANSA, R. (2015). *Los intereses británicos en las islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur en el Siglo XXI*. UNIVERSIDAD NACIONAL DE ROSARIO. Rosario: Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales. Acesso em Abril de 2023
- PERFIL, E. (Marzo de 2023). *Pocos, pero hay: ¿Cuántos habitantes de Malvinas se definen como argentinos?* PERFIL. Acesso em JULHO de 2023, disponível em <https://www.perfil.com/noticias/actualidad/pocos-pero-buenos-cuantos-habitantes-de-malvinas-se-definen-como-argentinos.phtml#:~:text=El%20a%C3%B1o%20pasado%20las%20autoridades,una%20poblaci%C3%B3n%20de%203.662%20personas>.
- PRIETO, C. E. (2021). *La importancia de la Oceanopolítica a través de las civilizaciones*. Escuela Superior de Guerra "General Rafael Reyes Prieto", Bogota, Colombia. Acesso em JUNIO de 2023
- QUESADA, J. B. (2018). LAS LECCIONES FUNDAMENTALES DE LA OBRA DE MAHAN: DEL DETERMINISMO GEOGRÁFICO AL ESPÍRITU COMERCIAL. *REVISTA DEL INSTITUTO ESPAÑOL DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS (IEEE)*, 107-130. Acesso em JULHO de 2023, disponível em <http://revista.ieee.es>
- REYES, M. J. (2012). *Documentos de trabajo nº 97. Las Islas Malvinas y el Atlantico Sur. Configuraciones estrategicas y economicas*. Bs As: Centro de Estudios Internacionales para el Desarrollo. Acesso em ABRIL de 2023
- RODRIGUEZ, M. D. (19 de abr de 1996). *LA GEOPOLITICA Y LA OCEANOPOLITICA, Sus Orígenes, Fundamentos y Relaciones, perspectiva chilena. Curso de Derecho del Mar*. Sa, Chile: Academis de Guerra Naval.
- RODRIGUEZ, M. D. (19 de abr de 1996). *LA GEOPOLITICA Y LA OCEANOPOLITICA, Sus Orígenes, Fundamentos y Relaciones, perspectiva chilena. Curso de Derecho del Mar*. Sa, Chile: Academis de Guerra Naval. Acesso em MAIO de 2023
- Security, T. U., & The UK National Strategy. (Agosto de 2022). *Defence, Secretary of State for*. Acesso em JULHO de 2023, disponível em [https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/1100525/national-strategy-for-maritime-security-web-version.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/1100525/national-strategy-for-maritime-security-web-version.pdf)

SOLARI, H. E. (2004). Malvinas: La cuestión pendiente de los territorios marítimos y sus efectos patrimoniales. Buenos Aires, Argentina. Acesso em MAIO de 2023, disponível em <https://proyectonacional.files.wordpress.com/2009/04/malvinas-solari.pdf>

SOUSA, A. L. (2021). *A AMAZÔNIA AZUL E A OCEANOPOLÍTICA BRASILEIRA: A ATIVIDADE PESQUEIRA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO*. Fonte: Repositório Institucional da Produção Científica da Marinha do Brasil (RI-MB): <https://www.repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/845850>

STAVRIDIS, A. J. (2017). *ea Power: the history and geopolitics of the world's Oceans*. Penguin Press. Acesso em MAIO de 2023

SUAREZ, J. D. (2016). UNA APROXIMACIÓN A LA OCEANOPOLÍTICA. *Revista de Ciencias de Seguridad y Defensa Vol. 1, No.1*. Acesso em ABRIL de 2023

TOKATLIAN, J. G. (2011). *Posición Británica en el Cuadrante Austra*. CONSEJO ARGENTINO PARA LAS RELACIONES INTERNACIONALES, Buenos Aires. Acesso em JUNIO de 2023, disponível em <http://www.cari.org.ar/pdf/boletin11-15.pdf>

UK, G. (2023). *Dirección de Bases en el Extranjero*. Acesso em JUNIO de 2023, disponível em GOV.UK: <https://www.gov.uk/government/publications/permanent-joint-operating-bases-pjobs/fd?fbclid=IwAR1H6A0xOPP75qlai588Zqe0u1LvW3zfWb2gl24Rv8nvv4aTYlo9LDIDAkM#british-forces-south-atlantic-islands>

Walter Formento, Julián Bilmes, Leonel Del Negro, Amanda Barrenengoa . (2017). Malvinas: relevancia geoestratégica en las relaciones globales de poder del siglo XXI. *Jornadas sobre la Cuestión Malvinas: Investigaciones y Debates a 35 Años de la Guerra*, (p. 15). Buenos Aires.

WEIGERT, H. (1943). *GEOPOLÍTICA. GENERALES Y GEÓGRAFOS, 1ª ed. en español*. Mexico DF: Fondo de Cultura Económica. Acesso em MAIO de 2023